



CLIPPING INTERNET
22/11/2020 ATÉ 22/11/2020



INDÍCE

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SITE 0 MARANHENSE.....	1
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 SITE 0 MARANHENSE.....	2
3	CEMULHER	
	3.1 SITE 0 MARANHENSE.....	3
4	COMARCAS	
	4.1 SITE 0 MARANHENSE.....	4
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 SITE 0 MARANHENSE.....	5
6	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	6.1 SITE 0 MARANHENSE.....	6

Corregedoria da Justiça do Maranhão participa do Conarci 2020

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão participou nesta sexta, dia 20, da abertura do Congresso Nacional do Registro Civil - Conarci 2020, realizada de forma híbrida, presencial direto de Brasília (DF) e virtual, com a participação de autoridades de todo o Brasil. O evento, que objetiva debater e atualizar os oficiais de Registro Civil sobre os temas relacionados à atividade, é realizado pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais - ARPEN BRASIL.

O Conarci 2020 aborda o tema "Registro Civil e o Ofício da Cidadania como Protagonistas de um Novo Tempo". A programação se estende até este sábado, dia 21.

Durante a cerimônia, a corregedora nacional, Maria Thereza Moura, deu as boas-vindas aos participantes e ressaltou que os cartórios de Registro Civil atuam na proteção e tutela pública de interesses privados, conferindo validade jurídica, ordinariamente, às informações perenes, desde o nascimento da pessoa natural, registrando suas mutações ao longo da vida até o seu perecimento, atuando em prol da segurança jurídica nos intercâmbios sociais e econômicos. "A vida começa e termina em um cartório", lembrou a ministra.

O presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, ministro Luiz Fux, fez a defesa dos direitos humanos e das minorias vulneráveis, com repúdio ao preconceito. Ele lembrou que o Brasil foi a sociedade escravocrata que mais durou no mundo e, por isso, a promoção da inclusão social deve ser entendida como resgate histórico. A afirmação do ministro ocorreu durante a palestra magna "Ofício da Cidadania e o Protagonismo do Registro Civil" realizada na abertura do evento.

Para o corregedor da Justiça maranhense, desembargador Paulo Velten, o Conarci CONARCI é uma oportunidade relevante para o conhecimento das boas práticas na área de registro civil levadas a cabo no âmbito dos tribunais.

"No Maranhão temos dado um passo significativo para a erradicação do sub-registro civil de nascimento, incorporando em nossa atividade, com vontade de potência, os ODS da Agenda Global 2030, notadamente o de nº 16.9, que é o de assegurar o registro de nascimento para todos, em especial para as populações vulneráveis do nosso Estado. Para tanto, temos recebido o apoio decisivo do Presidente do Tribunal, desembargador Lourival Serejo, e juntos estamos dando atenção especial ao aperfeiçoamento do programa de renda mínima, que beneficiará as serventias deficitárias, aumentaremos em breve o valor de ressarcimento dos registros realizados nas unidades interligadas, estimulando a ampliação de novas unidades junto aos hospitais e maternidades, tudo com o apoio entusiasmado da nossa coordenadora do Núcleo de Registro Civil, juíza Jaqueline Caracas, autoridades do Executivo Estadual e Municipal, demais juízes e registradores de todos os cantos do Maranhão, além do presidente da ARPEN/MA, Devanir Garcia. Estamos trabalhando em rede, mediante cooperação e conectados pelo propósito de melhor servir à sociedade", pontuou.

Velten também convidou o público presente a participar da primeira Semana de Mobilização e Combate ao Sub-Registro que ocorrerá em São Luís de 9 a 11 de dezembro desse ano.

Participaram da solenidade, Fabio Marzano, embaixador da Organização das Nações Unidas; André Veras Guimarães, ministro diretor do Ministério das Relações Exteriores; Fernando Tourinho, desembargador

corregedor do Tribunal de Justiça de Alagoas e presidente do Colégio de Corregedores-Gerais do Brasil; Fernando Cerqueira Santos, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco; José Renato Nalini, desembargador aposentado e ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo; Marcelo Martins Berthe, desembargador e juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça; Luis Fernando Tomasi e Keppen, desembargador e conselheiro do CNJ; Liege Gomes, juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Amapá; Maria Tereza Uille Gomes, conselheira do CNJ; Gustavo Henrique Canuto, presidente da DATAPREV; Carlos Vilaça, Departamento de Registro e Monitoramento de Aquicultura e Pesca da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e com participação presencial de todos os presidentes e diretores das Arpens Estaduais.

Ao longo desta sexta, os participantes do evento discutem temas como O protagonismo do Registro Civil - Ofício da Cidadania; Traslado do Livro E-Consulados; conhecem cases de sucesso do Ofício da Cidadania; e participam do lançamento do livro "Projeto de Responsabilidade Institucional da Arpen-Brasil".

Membros do núcleo de acessibilidade e inclusão reúnem-se para definir diretrizes

Para fixar diretrizes no desenvolvimento de Política Institucional de Pessoal com Deficiência no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, o Núcleo Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência do TJMA - instituído pela Resolução GP n° 512019 - realizou reunião nessa quinta-feira (19), por meio da plataforma Google Duo, com início às 16h.

Participaram da reunião, o desembargador Josemar Lopes Santos (Presidente do Núcleo), Caroline Buhaten Dias Vieira, Monica Rafaela Lopes Domous, Paulo Ricardo Maciel Nascimento, Claudio Roberto Pereira Sampaio, Felipe Silva Correia e Alexandre Antônio Jose de Mesquita. Outros temas também foram discutidos para o desenvolvimento do Núcleo.

TJMA promove diálogo com empresários sobre direitos das mulheres

O Tribunal de Justiça do Maranhão - por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA) - promoveu a "2ª Roda de Diálogo sobre Direitos Humanos das Mulheres", nesta quinta-feira (19), em parceria com o Conselho da Mulher Empresária da Associação Comercial do Maranhão (ACM/MA), na Faculdade ISL/Wyden, no bairro do Calhau.

Na abertura do evento, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Vélten Pereira, ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Justiça, no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. "Tenho testemunhado o trabalho importantíssimo desempenhado pela Coordenadoria da Mulher do TJMA, presidida pelo desembargador Cleones Cunha, e muito bem assessorada pelos juízes Júlio Praseres e Lidiane Melo, e por todas as pessoas que integram essa rede de proteção à mulher, que é essencial", frisou.

Parafraseando Kofi Annan (in memoriam), ex-secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e diplomata ganês, o desembargador Paulo Vélten disse: "A melhor política de direitos humanos e de desenvolvimento social num país, inclusive no combate às guerras, é a política de estímulo e incentivo à emancipação da mulher.

"Quando você demonstra respeito e prestigia a mulher, você dá um sinal claro de civilidade e maturidade, algo essencial no atual momento histórico em que vivemos. Por esse motivo, precisamos apoiar todas as políticas de estímulo à emancipação feminina", frisou.

A juíza assessora da Cemulher do TJMA, Lidiane Melo, enfatizou a relevância e o alcance social da iniciativa, e agradeceu a todos os presentes pelo empenho e participação na luta pelo fim da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

"É com muita satisfação que estamos reunidos aqui, hoje, para falarmos desse tema palpitante, que envolve tantas questões sérias e silenciosas sobre os direitos fundamentais das mulheres. É de suma importância que estejamos sempre unidos e engajados nesta luta", pontuou.

Compareceram ao evento o juiz assessor da Cemulher do TJMA, Júlio Praseres; o procurador da República, Marcelo Correa; a diretora da Casa da Mulher Brasileira, Susan Lucena; a diretora da Faculdade ISL/Wyden, Lourdes Marques; empresários, dentre outros parceiros da Justiça.

DIREITOS HUMANOS

Durante o evento, a juíza Marcela Lobo, titular da 3ª Vara de Caxias, ministrou palestra sobre "Os Direitos Humanos das Mulheres". A juíza iniciou a sua apresentação, citando o Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade".

"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidades e direitos, dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade".

"É com muita alegria que estamos, aqui, para conversarmos sobre essa temática tão importante. Precisamos compreender a perspectiva real da luta e da trajetória histórica das mulheres para que pudéssemos, hoje, ter direitos", disse.

A magistrada apresentou ao público uma abordagem histórica e social a respeito da luta das mulheres pela igualdade; o feminismo; o fenômeno da violência doméstica e familiar e da violência de gênero, dentre outros.

"Quando temos a percepção desse fenômeno em larga escala e a repetição dos casos sempre com a mesma temática e os mesmos fundamentos, começamos a perceber esse problema estrutural em nossa sociedade, que precisa ser melhor compreendido e combatido por todos nós. Devemos nos engajar para garantir os direitos das mulheres conquistados ao longo dos anos", frisou.

PROJETOS

Durante a programação, a coordenadora administrativa da Cemulher do TJMA, Danyelle Bitencourt, apresentou dois relevantes projetos desenvolvidos pela Coordenadoria, "Violência Doméstica contra a Mulher - Prevenção Sustentável" e "Valoriza Mulher" em parceria com empresas.

O primeiro visa integrar órgãos públicos e empresas, que possuam plataformas digitais de comunicação com seus clientes, para a disseminação de conteúdos preventivos à violência doméstica e familiar contra a mulher. Objetiva ainda sensibilizar órgãos e empresas quanto a sua responsabilidade social no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O intuito do segundo projeto é premiar, com estatueta e/ou placa intitulada "Valoriza Mulher", as empresas que investem em ações e projetos de prevenção à violência doméstica e familiar e garantia dos direitos das mulheres.

PARCERIA

No encerramento da programação, o Conselho da Mulher Empresária e os empresários assinaram um termo de adesão aos projetos desenvolvidos pela Cemulher do TJMA. O objetivo é estimular as empresas a participarem ativamente dos projetos da Cemulher do TJMA por meio da execução de ações de cunho preventivo em suas instituições. Mais de dez empresas assinaram o documento, comprometendo-se com a causa.

A presidente do Conselho da Mulher Empresária, Jacira Haickel, falou sobre a importância da parceria firmada em benefício das mulheres, conclamando os empresários a se engajarem nesta luta e na campanha Laço Branco. "Hoje, estamos muito felizes porque conseguimos trazer os empresários para nos ajudar nesta causa. Convidamos vocês, homens, para fazerem parte desta importante campanha pelo fim da violência contra as mulheres. É imprescindível que vocês se manifestem e repudiem todo e qualquer tipo de violência", disse.

O presidente da Associação Comercial do Maranhão, Cristiano Barroso Fernandes, ressaltou a relevância da causa social e da responsabilidade dos homens nesta batalha diária. "Além do engajamento dos homens, precisamos internalizar a necessidade dessa mudança e discutirmos sobre esse tema na sociedade, disseminando a ideia junto aos nossos familiares, amigos e todos a nossa volta", disse.

O diretor da Faculdade ISL/Wyden, professor Cidinho Marques, expressou felicidade e gratidão pela parceria firmada em prol das mulheres.

"É uma honra sediarmos este belíssimo evento. Como humanista e espiritualista que sou, não poderia de registrar que qualquer tipo de violência é uma prova de falta de inteligência e, sobretudo, da ausência da dignidade de ser filho de Deus. Cometido contra as mulheres, o ato torna-se ainda mais grave e impactante! É preciso evoluirmos e combatermos, juntos, esse mal todos os dias. Conclamo a todos a respeitarmos sempre as mulheres", afirmou.

No final do evento, o Conselho da Mulher Empresária apresentou aos presentes placas com frases inspiradoras em defesa das mulheres, como: "Em briga de marido e mulher, se mete a colher"; "Combate à violência contra as mulheres é sim coisa de homem", dentre outras.

LAÇO BRANCO

Durante o evento, o Conselho da Mulher Empresária da ACM/MA distribuiu laços brancos aos presentes em alusão à Campanha Laço Branco, um movimento internacional que visa conscientizar, sensibilizar e mobilizar os homens, na luta pelo fim da violência contra a mulher.

Fórum de São Raimundo das Mangabeiras está com atendimento presencial suspenso

O juiz Haniel Sóstenis, titular de São Raimundo das Mangabeiras, publicou Portaria na qual resolve suspender o atendimento presencial, bem como o acesso ao Fórum Desembargador Kléber Moreira de Sousa. Conforme o documento, a suspensão teve início nesta quinta-feira (18) e segue até o dia 13 de dezembro. O motivo, segundo o juiz, é a necessidade de realização de obras de reforma do prédio do fórum, resultando na interdição de salas, do acesso frontal, com elevação do ruído, para a manutenção e ampliação do sistema elétrico, de comunicação e conectividade, substituição de portas e serviço de alvenaria.

O magistrado levou em consideração o trânsito dos trabalhadores que necessitarão ingressar e frequentar as salas e ambientes do prédio para a execução dos serviços, em prejuízo ao distanciamento social, bem como a necessidade de desocupação de todas as salas ao norte do prédio, cujo material será armazenado nas salas que lhes são opostas, ocupando o espaço necessário ao desenvolvimento regular dos trabalhos da secretaria e gabinete. Cita, ainda, o cuidado em resguardar a segurança daqueles que frequentam a casa da justiça durante o período de manutenção do prédio.

Relata a Portaria: "Suspender o atendimento presencial e o acesso ao prédio do Fórum Desembargador Kleber Moreira de Sousa até o dia 13 de dezembro de 2020 (...) O atendimento externo, preferencialmente e sempre que possível, ocorrerá pelos seguintes meios alternativos: WhatsApp (99) 3532-1974; Ligação telefônica pelo número (99) 3532-1974; E email vara1_srm@tjma.jus.br (...) Para contato com o magistrado deve ser endereçada mensagem ao correio eletrônico hrsilva@tjma.jus.br (...) Os servidores trabalharão em regime de teletrabalho, cabendo à Secretária Judicial organizar a distribuição do serviço".

AUDIÊNCIAS MANTIDAS

O juiz ressalta que os processos físicos urgentes não terão alteração na prioridade do trâmite e que ficam mantidas as audiências designadas, que serão realizadas por videoconferência, nelas sendo deliberado caso a caso a viabilidade da realização de eventuais inquirições. "Ficam estabelecidas as quintas-feiras como dia para a retirada de alvarás na secretaria, mediante agendamento (...) Os casos omissos serão resolvidos pelo juiz diretor do fórum", finaliza a Portaria.

O magistrado determinou o envio de cópias do documento ao Tribunal de Justiça, à Corregedoria Geral da Justiça, ao Ministério Público, à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Balsas e, o quanto que possível, encaminhar via e-mail ou whatsapp, a presente portaria aos escritórios e advogados da comarca cujo contato esteja acessível.

TJMA divulga nota de repúdio e pesar pelo assassinato de João Alberto Silveira Freitas

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio de seu Comitê de Diversidade, órgão permanente instituído pela Resolução GP 47/2020, com o objetivo de promover a conscientização para a necessidade de respeito à diversidade, visando à erradicação de preconceitos e práticas discriminatórias, vem a público manifestar repúdio e pesar pelo assassinato de João Alberto Silveira Freitas, ocorrido no dia 19 de novembro de 2020, nas dependências de um supermercado em Porto Alegre/RS.

Este crime, praticado na véspera do Dia Nacional da Consciência Negra, revela as características do racismo estrutural marcantes na sociedade brasileira, que tende a naturalizar a prática de atos de violências e discriminação contra a população negra, e reforça a necessidade de adoção de políticas institucionais que contribuam para a erradicação do racismo e demais formas de discriminação em todos os níveis sociais, corporativos e profissionais, em consonância com os princípios constitucionais e os tratados e compromissos internacionais que rechaçam todas as formas de discriminação e violência, dos quais o Brasil é signatário.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Maranhão reafirma o seu compromisso e sua missão institucional de promoção de Direitos Humanos e de políticas antidiscriminatórias pautadas nos princípios da dignidade da pessoa humana, cidadania, equidade e inclusão social, para a consolidação dos valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Estado do Maranhão é condenado a despoluir terreno em Paço do Lumiar

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha condenou o Estado do Maranhão a fazer, em 30 dias, a limpeza e retirada de todo lixo do terreno localizado na Vila Nazaré (entre a Rua Calhau e Avenida José Buhatem, em Paço do Lumiar, que tem servido de local para descarte irregular de resíduos sólidos.

No mesmo prazo, o Estado deverá afixar placa alertando sobre a proibição de despejo de lixo no local e construir, em seis meses, muro alto em volta da quadra, para evitar o mau uso da área por poluidores, enquanto não houver destinação social adequada ao imóvel.

A sentença, do juiz Douglas de Melo Martins, também obriga o Estado a tomar todas as medidas técnicas necessárias para remediar qualquer eventual contaminação de solo e a pagar indenização pelos danos ambientais no valor de R\$ 15 mil, a ser revertida ao Fundo Estadual de Direitos Difusos (FUNDIF).

A decisão judicial acolheu - em parte - pedidos formulados pelo Ministério Público na Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão, que ter transferido o direito real de uso do imóvel para o Município de Paço do Lumiar, por meio do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, a fim de que no local fosse construída uma Unidade Básica de Saúde. Foi realizada audiência de conciliação, mas não foi obtido acordo.

No julgamento do processo, o juiz considerou que o Estado do Maranhão é o proprietário do imóvel, sendo irrelevante que tenha transferido ao Município de Paço do Lumiar o direito real de uso.

MEIO AMBIENTE

O juiz fundamentou a sentença na Constituição Federal (artigo 225), que prevê o direito de todos a um meio ambiente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, e que deve ser preservado e assegura que as condutas e atividades consideradas lesivas à natureza sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas.

A sentença também menciona a Lei nº 12.205/2010, artigo 47, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que proíbe a destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos a céu aberto. Essa lei proíbe o lançamento de resíduos sólidos ou rejeitos em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; a céu aberto; queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade e outras formas vedadas pelo poder público.

Os documentos juntados nos autos e os que instruíram a manifestação do Estado do Maranhão comprovaram a utilização inadequada de imóvel do réu para despejo irregular de resíduos sólidos a céu aberto.

"Mesmo notificado extrajudicialmente pelo Ministério Público para remediar a situação, o Estado do Maranhão permaneceu inerte, não adotando nenhuma medida para cessar o depósito irregular de resíduos sólidos em seu imóvel", afirmou o juiz na decisão, concluindo que a conduta omissiva do Estado configura, nos termos da Lei nº

6.938/1981, poluição ambiental, revelando-se lesiva ao direito ao meio ambiente equilibrado.